

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Jornal da Tarde - SP

CLASS. : 95

DATA : 11.01.85

PG. : _____

Suspensão decreto de mineração

190

O governo recua e adia a publicação do decreto que permite mineração em terras indígenas.

O presidente Figueiredo decidiu adiar a publicação, no Diário Oficial, do decreto que permite a pesquisa e lavra de minérios em terras indígenas, assinado anteontem por ele mesmo, para que o assunto seja reestudado pela Secretaria do Conselho de Segurança Nacional e pelo Gabinete Civil da Presidência.

A informação é do ministro Leitão de Abreu que ontem, na Casa de Saúde São José, explicou que o presidente verificou que o decreto "é polêmico e foi sensível às ponderações, reconhecendo que havia motivos suficientes para um reexame da questão".

A notícia foi recebida com otimismo pelo presidente da Funai, Néilson Marabuto, e com desconfiança por alguns de seus assessores e líderes indígenas. O deputado Mário Juruna disse que não acredita no governo, que, segundo ele, está apenas esperando a realização da eleição do Colégio Eleitoral para recolocar o assunto em pauta. A presença de jornalistas estrangeiros em Brasília, que sempre acompanha as questões indígenas no Brasil, foi, para alguns assessores de Marabuto, o motivo principal de o governo adiar a publicação do decreto.

Protestos

Índios de várias tribos começaram a chegar a Brasília ontem e estavam mobilizados para realizar um protesto. O deputado Mário Juruna chegou a sugerir uma greve de fome. O cacique Raoni, líder dos Txucarramãe, chegou a Brasília acompanhado do diretor do Parque do Xingu, o índio Megaron, e esteve com o presidente da Funai. "Esta borduna, disse ele mostrando a arma, é para bater em sua cabeça se você deixar que assinem o decreto da mineração". O cacique disse que estava muito triste com a decisão anterior do presidente Figueiredo:

"Eu queria muito conversar com o presidente Figueiredo, porque ele não sabe pensar. Quero achar o caminho para mostrar a ele como o meu povo está acabado por causa do branco.

Proibição

Pela manhã, o presidente da Funai chegou a transmitir um radiograma a todas as suas delegacias, proibindo o ingresso de companhias de mineração em áreas indígenas, até que alguma notificação oficial fosse feita ao órgão. Em nota oficial, advertiu os responsáveis pelos negócios de mineração e garimpeiros de que o ingresso em reservas indígenas "fatalmente colocará em risco seus bens e integridade física, pela inevitável e natural reação dos índios em defesa do seu patrimônio e de suas vidas".

Áreas ricas

A Associação dos Criadores de Nelore do Brasil, através de seu presidente, José Mário Junqueira de Azevedo, mandou um telex ao presidente Figueiredo, onde afirma que o decreto "veio ao encontro dos interesses monopolistas das mineradoras". Segundo a Associação, essas empresas já vêm há muito pleiteando a criação de parques indígenas, através de "missões religiosas que se dizem progressistas", a fim de obterem concessões para explorar o subsolo dessas áreas.

Segundo o diretor de Fomento do Departamento Nacional da Produção Mineral, DNPM, Manoel Redenção, todas as reservas da região Amazônica, especialmente as dos Estados do Mato Grosso, Pará, Amazonas e Roraima, têm um bom potencial, já tendo sido detectada a existência de jazidas minerais em quantidades comerciais em alguns deles. No Pará, por exemplo, há um acúmulo de pedidos de pesquisa de minérios dentro das reservas.

Decreto "protege" o índio

Em meio a tantos protestos, o chefe de gabinete do ministro Mário Andreazza, Odulvado Braga, afirmou, ontem, que o decreto visa, exatamente, "a proteger os índios contra a exploração indiscriminada em suas reservas", pois condiciona o início das atividades de mineração à autorização prévia da Funai.